

Relato de João Carvalho Mascarenhas, um soldado português deslocado pelo mundo

Report of João Carvalho Mascarenhas, a portuguese soldier displaced through the world

Margarida Garcez VENTURA*

José VARANDAS**

Resumo: Chegamos a este número da *História*, sob o tema *Deslocamentos Culturais*, munidos do testemunho escrito por João Carvalho Mascarenhas, após ter estado uns quatro anos cativo na cidade de Argel. Capturado na sequência da perda da nau *Nossa Senhora da Conceição*, a 11 de Outubro de 1621, à vista da Ericeira, é levado pelos “turcos” e aí permanece até sua libertação, em 1625 ou 1626. Durante este tempo - infortúnio sobre infortúnio - foi “metido ao remo” na nau capitânia de uma frota turca, em retaliação, pelo mediterrâneo: “para que nisto pudesse também ser testemunha de vista” (COMBATE, p. 138).

Palavras-chave: João Carvalho Mascarenhas; relatos de viagem; turcos.

Abstract: We reach this edition of *História*, under the theme *Cultural Shifts*, bearing the testimony written by João Carvalho Mascarenhas, after having been about four years captive in Algiers. Captured just after the loss of the ship *Nossa Senhora da Conceição*, on 11th October 1621, in view of Ericeira, is led by the "Turks" and there he remains until his release in 1625 or 1626. During this time - misfortune on misfortune - was "stuck to the paddle" the flagship of a Turkish fleet in retaliation through Mediterranean: "so about that he could also be a witness of view". (COMBATE, 138).

Keywords: João Carvalho Mascarenhas; travel accounts; turks.

João Carvalho Mascarenhas foi testemunha presencial de tudo quanto nos relata. Uma “vista” bem treinada - podemos desde já adiantar - no vasto mundo, em que a península ibérica, em particular o reino de Portugal, funcionava como plataforma de poder político, militar, econômico, científico e religioso¹.

Tal testemunho foi plasmado na *Memorável Relação da Perda da Nau Conceição*², uma narrativa fascinante que reforça nossa sedução por estes textos nos quais se cruzam informações sistemáticas com comentários e memórias. No caso vertente, a *Relação*³, como que a meio caminho

* Professora Auxiliar com agregação do Departamento de História da Faculdade de Letras de Lisboa; investigadora do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; académica de número da Academia Portuguesa da História; membro da Classe de História Marítima da Academia de Marinha. margaridagarcezventura@gmail.com.

** Professor Auxiliar do Departamento de História da Faculdade de Letras de Lisboa; investigador do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; académico correspondente da Academia Portuguesa da História; membro da Classe de História Marítima da Academia de Marinha. zvarandas@gmail.com.

entre a narrativa de viagens, a epístola e a crônica⁴, patenteia a riqueza vivencial e a sensibilidade racional do seu autor, tornando-se, para quem a souber inquirir, uma excepcional fonte histórica: nomeadamente no plano das mentalidades, esse tão abrangente conceito ao qual, no nosso entender, só verdadeiramente se acede pela análise de muito diversos comportamentos e reflexões de ordem política, social e econômica. Ora, a *Relação* torna patente como um português soube usar a sua experiência e conhecimentos sobre o mundo para viver e sobreviver, para observar e narrar tudo quanto com ele se deparou, na sua condição de escravo em territórios inimigos... Porque a *Relação* não é um exercício de “linguagem floreada”, mas sim, uma narrativa realizada por um homem “prático na milícia da Índia e na de diversas partes (COMBATE, p. 46) com finalidades operativas bem delineadas.”

Quem é João Mascarenhas

Com 38 anos à data da escrita da *Relação*, em 1627 (COMBATE, p. 97), João Carvalho Mascarenhas foi capturado numa 2ª feira, 11 de outubro de 1621, quando, a bordo da nau *Nossa Senhora da Conceição*, regressava de servir Portugal, então em monarquia dual com a Espanha⁵, como soldado no estado da Índia. Já à vista de terra, ao largo da Ericeira (mais concretamente, de Ribeira d’Ilhas), essa nau da chamada carreira da Índia foi atacada por dezessete navios piratas “turcos”, como então nominavam aos corsários argelinos. Após dois dias de intensa luta, os atacantes puseram-lhe fogo e capturaram seus tripulantes e passageiros, sem que nenhum auxílio lhes chegasse.

A pormenorizada descrição que Mascarenhas faz do combate, em conjunto com as peças do processo do capitão da armada da costa, D. António de Ataíde (COMBATE, p. 149-309), descreve as circunstâncias - em bem improvável conjugação - que proporcionaram a perda da nau e o infortúnio do narrador, a começar pela estranheza de encontrar tão numerosa frota corsária, não nas águas dos Açores, como era comum, mas já tão perto da costa. Veja-se a sequência dos acontecimentos que imobilizaram a armada de D. António de Ataíde: antes de mais, a inexistência de vento para mover os galeões e patachos ou para permitir que a nau *Conceição* se desviasse dos atacantes; e bem pode o juiz da Ericeira montar no seu cavalo e ir a Cascais alertar para a perigosíssima situação da nau, que não houve quem avisasse a armada, a qual pairava ao largo do cabo Espichel, porque o patrão de uma embarcação teve medo e outro achou mais urgente ir pescar besugos... E veja-se, já diante da Ericeira, quão volátil foi a percepção dos navios que rodeavam a nau: antes do amanhecer julgaram que seria a armada de D. António, e, já de madrugada, que as “dezassete naus grossas” eram “navios carregados de sal que vinham de Setúbal”. Afinal, “eram estes navios de turcos” (COMBATE, p. 55). Do mesmo modo, estes só se aperceberam que a

embarcação, ali isolada, era uma nau da Índia pelo reconhecimento feito por marinheiros cristãos, “escravos velhos” ao serviço dos argelinos (COMBATE, p. 55).

Julgamos importante referir este elemento da imponderabilidade factual, o qual joga, no plano das mentalidades, sobre dois elementos, aliás, bem presentes nas peças do processo da Defesa de D. António (COMBATE, p. 150-309): um, só aparente rigoroso, o das medições astronômicas aplicadas à navegação já perto da costa; outro, o da interpretação jurídica sobre o cumprimento das ordens régias contidas no regimento da armada, isto é, o debate sobre a iniciativa do capitão em contextos de incerteza. Consideramos que a incorporação do “acaso” na percepção dos acontecimentos é elemento a conjugar com o pormenor e a veracidade dos relatos do português deslocado pelo mundo, mas não estrangeiro no mundo, que foi João Mascarenhas.

Como o próprio Mascarenhas nos informa (COMBATE, p. 97), havia percorrido esse espaço português ou de influência portuguesa, tão vasto que acompanhava o percurso do sol - parafraseamos a tão imperial imagem camoniana - desde que nascia até que mergulhava no horizonte. Mascarenhas estivera a serviço da coroa em grande parte do Brasil, da Índia, da África oriental, do Mar Roxo e estreito de Ormuz, da Pérsia, da Arábia... onde conheceu cidades “nossas e de mouros”. E, já escravo, acorrentado às galés de Argel, conheceu ainda algumas “cidades da Berbéria” e “muitíssimas ilhas em Levante”, ombreando com gentes de todo o mediterrâneo ou que por aí navegavam.

Como muitos portugueses - esses descobridores retratados por Daniel Boorstin -, era um experiente viajante e se revelou um observador criterioso, sobretudo de Argel: da cidade de pedra e cal e da amálgama de gentes de todas as “nações” que a habitavam ou que, simplesmente, tangenciavam seu porto por muito diversas razões.

Por uma óbvia formação no campo das letras, Mascarenhas tem perceptíveis conhecimentos da História Romana, que cita com acerto, nomeadamente nas questões militares (com possíveis reminiscências da leitura de Vegécio), geográficas e de organização administrativa (COMBATE, p. 83; 97; 103); deve-lhe ter passado pelas mãos alguma edição da *Crónica del-Rei D. Rodrigo* ou, pelo menos, a lenda de Florinda “La Cava”, filha do conde Julião (COMBATE, p. 73).

Em resumo, podemos inserir João Mascarenhas no conjunto de servidores régios que levavam consigo a (já ciceroniana) dupla *espada e pena*. Consideramos que muita da relevância do testemunho destes homens resulta do fato de não serem profissionais da narrativa. Na verdade, havia cerca de duzentos anos que o *império da escrita*⁶ extravasara da chancelaria régia nas suas aplicações de governo (fazenda, justiça, diplomacia), assim como saíra já da pura operacionalidade dos negócios privados ou dos testamentos; também, não são somente os cronistas régios, senhoriais, episcopais ou ligados a qualquer ordem religiosa que produzem narrativas sequenciadas. A escrita dessas descrições é já, nos finais de quinhentos e no primeiro quartel do século XVII, manejada pela

pequena nobreza militar e por todos quantos tinham aprendido a sistematizar ideias e a colocá-las de forma perceptível junto daqueles a quem poderiam interessar, porque esses textos detêm várias intencionalidades.

É neste contexto que, no século XVIII, surgem, ao ritmo da intensificação dos ataques corsários, relatos de capturas de navios, com especial acento na sensibilização da *opinião pública* para a questão dos cativos (DOMINGUES, 2003, p. 220).

Finalidades da Relação

Com efeito, e cingindo-nos somente ao que agora nos interessa, a *Relação* possui intenções bem clarificadas, quer pelo autor na Carta Dedicatória a D. Pedro de Meneses e na mensagem ao Leitor, quer pelos eclesiásticos e juristas que, em nome do Santo Ofício emitiram as licenças necessárias à sua impressão.

O primeiro e mais extenso dos pareceres do Santo Ofício é o do *magister* dominicano frei Tomás de São Domingos. Parecer emitido a mando do Inquisidor Geral, o bispo D. Fernão Martins de Mascarenhas, nele se realça sua função exemplar. Em primeiro lugar, a *Relação* servirá de aviso a todos quantos julgam ser perene e estimável a felicidade deste mundo. Escreve frei Tomás que na *Relação* “se relatam sucessos miseráveis e muito para entristecer, mas também servem de aviso e desengano das felicidades mundanas quão pouco duram e quão pouco se podem estimar” (COMBATE, p. 44). Merece um breve reparo a introdução, nesta peça de cariz jurídico-disciplinar, do tema da mudança e instabilidade da vida humana, na qual o fortuito e o inesperado são a regra (SILVA, 2001, p. 49-64). Tudo pode mudar num só dia... E é curioso como Mascarenhas insiste nessas rupturas abruptas, sempre numa 2ª feira (COMBATE, p. 69). Sendo temas que, do ponto de vista filosófico e literário, têm inspiração clássica, são apropriados pela reflexão cristã e, já no final do século XVI, são recorrentes em Portugal. Aqui, vemo-los aplicados não a propósito de percalços comuns a toda a humanidade, mas sim a eventos frequentes no quotidiano dos portugueses, confrontados repetidamente com tempestades, piratas e corsários, não só do mundo islâmico, mas de todos os reinos que contestavam, na prática, a doutrina do *mare clausum* ou simplesmente queriam apoderar-se de navios, gentes e mercadorias.

Ser capturado por corsários argelinos significava mais do que perder a carga dos navios e a própria liberdade, pois à captura seguia-se a venda e a escravidão em terras do Islão. É esta última consequência que frei Tomás aponta como a máxima miséria: ser cativo entre os “turcos”. Situação deveras perigosa para a alma dos cativos, como refere outro parecer, o do Doutor Jorge Cabral (COMBATE, p. 44). Tendo em conta que todos podem estar sujeitos a tal infortúnio, a doutrina e os exemplos que Mascarenhas reporta têm interesse muito alargado.

Esta é uma função exemplar bem explícita na *Carta Dedicatória* de Mascarenhas. Aliás, a escolha da personagem a quem a *Relação* é dedicada é também exemplar ou simbólica: D. Pedro de Meneses, prior de St^a Maria de Óbidos, neto e bisneto de grandes senhores que, estando em poder dos mouros e mesmo tendo morrido em cativo, ganharam a glória do céu porque perseveraram na fé ou sofreram o martírio.

Ser um *vade mecum* para sobreviver sem renegar a fé, é este o objetivo máximo da *Relação*⁷. Mas essa didática não está confinada à 3^a Parte da obra⁸, na qual o autor relata peripécias de alguns cativos em particular. Essas histórias com diversos desenlaces vão sendo naturalmente introduzidas, quer no comportamento de tripulantes e passageiros logo após o afundamento da nau *Conceição*, quer na vida quotidiana na cidade de Argel.

Existe ainda outra intencionalidade, a qual, se bem que não referida explicitamente, não deixa de se nos impor: Mascarenhas manifesta a esperança de que Argel, “permita o Céu”, venha a ser da coroa (COMBATE, p. 98). Essa mesma esperança é formulada quando menciona a porta principal da muralha da cidade, “pela qual espero em Deus que esta cidade há-de ser entrada e ganhada e em cima dela arvorados os estandartes de Cristo, Nosso Senhor” (COMBATE, p. 89). Para a concretização dessa conquista trabalhou um tal D. Patrício, sacerdote valenciano aí prisioneiro que, considerando haver condições para a tomada de Argel, tentou enviar cartas para o reino com esse aviso, às quais juntou um papel em que “pintou a cidade” (COMBATE, p. 111). Essa imagem seria porventura a planta da cidade, indicando seus mais favoráveis locais de acesso e penetração. Aliás, estamos em crer que a 2^a Parte da *Relação* é mais do que “espírito e curiosidade”, como o autor a classifica na *Carta Dedicatória*, pois a “Nova Descrição da cidade de Argel” contém pormenores, não só de arquitectura militar, mas também de urbanismo e distribuição de habitantes que seriam proveitosos em qualquer tipo de assédio. Mascarenhas termina a *Dedicatória* com o louvor da persistência da luta que o rei de Espanha mantém com o turco. Numa Europa dividida, na qual as opções religiosas espelham as querelas políticas, e *vice versa*, o Autor retoma o louvor que, há um século, Camões dirigira a D. Sebastião: “Somente El-Rei, nosso senhor continua a guerra sempre com eles” (COMBATE, p. 147).

Narrativa complexa

A *Relação* é uma narrativa complexa sobre um mundo que Mascarenhas reconhece como tal. Na verdade, as diversas fontes com que trabalham os historiadores da primeira metade do século XVII patenteiam um mundo com vetores políticos, jurídicos, económicos e religiosos em grande turbulência. Ora, o mediterrâneo e a cidade de Argel são elevados, pelas suas posições geoestratégicas, a palco de todo esse mundo (MACEDO, 2006, p. 167s).

Um mundo dividido. Para alguém menos precavido - contemporâneo nosso ou de Mascarenhas - parecia haver uma só linha de fronteira bem definida e intransponível, situada na descontinuidade político-religiosa entre a Europa e o Império Otomano, ou seja, entre cristãos e muçulmanos, seguindo a formulação (já então fictícia) do papa João VIII, nos finais do séc. IX.

Ora, nem o Império Otomano era um bloco monolítico nem a Europa era una. Mais: como constata Mascarenhas, no Mediterrâneo as pequenas “nações” de corsos e sardos tanto se opunham valentemente às investidas do turco, como alguns, pressionados pela demanda do seu próprio resgate, entregavam cativos cristãos em troca da sua liberdade (COMBATE, p. 136s). E, no entanto, Mascarenhas, fazendo eco do que “dizem os turcos” e num contexto laudatório de Filipe II, afirma, como já referimos, que no mundo há somente dois blocos: o dos mouros (representados pelo Grão Turco) e o dos cristãos (que o rei de Espanha coordena).

As questões políticas internas do mundo muçulmano, que Mascarenhas por certo conhecia, não têm eco na *Relação*, a não ser breves alusões à animosidade dos turcos “de nação” para com os “mouros” (COMBATE, p. 71) ou rivalidades entre Tunes e Argel (COMBATE, p. 145). Pouco mais lhe importa do que explicar o governo da cidade e do reino de Argel, o qual funciona “em nome do Grão-Turco” (COMBATE, p. 75). Este governo, diz, “depende de um Vizo-Rei, a que chamam Baxá, o qual é mandado de Constantinopla pelo Grão-Turco às vezes cada ano, às vezes por mais tempo, o qual ordinariamente é renegado” (COMBATE, p. 98-99). Mascarenhas, depois de notar a forma como ele consegue tal cargo, descreve todo o ritual de chegada à cidade: não deixa de referir que lança moedas sobre o povo ao desembarcar e nota como estabelece o primeiro contacto com a Aduana “ou república, que tudo é uma mesma coisa”, como em Veneza e outros senhorios e como outrora foi em Roma (COMBATE, p. 75 e 103), e com o capitão dos célebres janízaros “soldados de paga”, (COMBATE, p. 127), “a que chamam Agá”.

Quer no plano econômico e financeiro, quer no plano militar, Mascarenhas detecta a submissão de Argel a Constantinopla, considerando que o Baxá é mais “rendeiro do que governador”, controle acentuado pela presença de um turco, que trouxe consigo de Constantinopla um conselheiro como “lugar-tenente” a que chamam Caia, e também de outro turco providenciado pelo Grão-Turco, a que chamam Berlebei, pessoa de “muita autoridade na paz como na guerra”. A narrativa prossegue em vários capítulos com a menção do modo como se cobram as rendas de Argel para o Grão-Turco (bem impiedosamente...), assim como com o inventário das instituições político-administrativas e militares e respectivos cargos e procedimentos, descrevendo hierarquias e sempre registrando o léxico na língua a que chama “mourisca” (COMBATE, p. 119).

Quanto à Europa, o certo é que, após a reforma luterana e suas sequelas religiosas e políticas, já não podemos falar de *Christianitas*: os reinos europeus, também eles com dificuldades

de coesão dentro das suas próprias fronteiras, disputam a supremacia em terra, nas rotas marítimas e nos territórios a que elas dão acesso.

A oposição *primária* para um português, que era a inimizade entre cristãos e muçulmanos (linha de força que se inicia na própria construção do reino e se forja pelos séculos em diversas áreas geográficas), não se impõe na narrativa de Mascarenhas como um projeto comum europeu porque, na verdade, ele não existia. Pelo contrário: Mascarenhas regista os acordos que, *de facto*, existiam entre os “turcos” de Argel e o rei de Inglaterra, assim como com os estados da Holanda, ambos separados da Igreja de Roma e cujos súbditos não se coíbiam de destruir tudo, até as ermidas na ilha de St^a Helena (COMBATE, p. 51); independentemente da posição dos respectivos governos, menciona genoveses tributários do turco (COMBATE, p. 149) e sardos cuja cobiça supera o zelo pela vida de cristãos (COMBATE, p. 137); e, sobretudo, critica a paz que o rei de França mantém com o Grão-Turco (COMBATE, p. 147; 116; 145; 147).

No Mediterrâneo, o corso argelino atuava, no mar e nas zonas costeiras sem entrave significativo, apesar da reconhecida intrepidez dos sardos que defendiam as “ricas vilas” da Sardenha (COMBATE, p. 137) e das galés do Grão Duque de Florença (COMBATE, p. 139). Assim, o alastramento do poder político, militar e comercial dos Turcos Otomanos, do qual a pirataria argelina funcionava quase como guarda avançada pelo Atlântico Norte até a Islândia, não encontrava oposição coordenada na Europa fraturada, em dissensões que são tanto religiosas como geoestratégicas.

Gentes de muitas nações

Há muito que Braudel estudou a presença conjunta de toda a humanidade no Mediterrâneo. É nessas “rotas e cidades, cidades e rotas” (BRAUDEL, I, 1966, p. 253s) que Mascarenhas encontra gente de todo o mundo, e alguma, quando relevante para as intenções da *Relação*, aí fica registada.

Muita dessa gente é formada por cativos cristãos, e é no contexto da descrição das quatro prisões de cristãos, “a que chamam banhos” (COMBATE, p. 85), que acedemos a esse elenco. Só “da Igreja Romana” serão uns oito mil, apesar da peste, pois por cada um que é libertado entram mais vinte (COMBATE, p. 86). A palavra “nação”, tantas vezes usada por Mascarenhas no seu sentido semântico (medieval), ganha aqui um sentido muito curioso, pois pode vir associada à pertença ao catolicismo. Veja-se que, quando Mascarenhas refere o hospital dos cristãos (que adiante mencionaremos) diz que nele só entram portugueses, castelhanos, franceses, biscainhos, galegos e italianos (COMBATE, p. 80), não só porque os outros não contribuem para sua manutenção, mas porque entre tal multidão “acham-se poucos que não sejam hereges”. Assim, na sequência do cômputo dos cativos cristãos que atrás mencionamos, o Autor prossegue: “de outras

nações haverá outros tantos e mais, como são flamengos, ingleses, de Dinamarca, escoceses, alemães, irlandeses, polacos, moscovitas, boémios, húngaros, da Noruega, borguinhões, venezianos, piemonteses, eslavónios, sírios, de Egipto, chinas, japões, brasis, de Nova Espanha e do Preste João. E destas mesmas partes há também renegados, e de outras muitas, em grande quantidade” (COMBATE, p. 86).

Não é aqui o local para considerações sobre o trajeto desta gente até chegar à cidade, mas por certo que seriam habitantes de zonas costeiras ou de ilhas, tripulantes ou mesmo escravos de navios vítimas do corso (BRAGA, 1998, p. 21-23). Haja em vista, por exemplo, que na nau *Conceição* viajavam chinesas e japonesas, escravas do capitão D. Luís de Sousa, tão belas “que não havia mais que pintar” (COMBATE, p. 69); que vinha um polaco que o mesmo capitão trouxera de Ormuz e que iria usar para executar um prisioneiro turco (COMBATE, p. 63); ou um negro “jau”, isto é, de Java (COMBATE, p. 58), que vinha como cozinheiro e que se dispôs a morrer, arrastando consigo os inimigos⁹ (COMBATE, p. 58).

Vida quotidiana: cristãos e turcos

Mascarenhas aplica sua capacidade de observação e de relato da vida quotidiana em Argel, quer a dos habitantes “turcos”, quer a dos cativos. Também nos descreve a vida dos cativos a bordo das galés argelinas que operavam no mediterrâneo. Ir servir nessas galés era o pior que poderia suceder, de tal forma “que dizem os cativos de Argel que o que não foi à galé não diga que foi cativo”.

Não era o mesmo ser escravo na cidade ou ser obrigado a servir nas galés (BRAGA, 1998, p. 56), que parecem comandadas não por homens, mas por “espíritos malignos”. Aí, a perícia e a eficácia da navegação só eram comparáveis aos maus tratos que os capitães infligiam aos cativos: acorrentados à embarcação, afundavam-se com ela; não conseguiam dormir; davão-lhes de comer somente “dous punhados de biscoito negro” por dia; continuamente levavam açoites amarras untadas com breu, até fazer sangue¹⁰ (COMBATE, p. 138; BRAGA, 1998, p. 56). Mesmo assim, algures numa das galés, o capitão comoveu-se com a história familiar de uma velha siciliana que capturara... (COMBATE, p. 142).

A *Relação* afasta-se de estereótipos: não encontramos nela a dicotomia expectável entre cristãos - os praticantes da bondade, da honestidade, da piedade...- e muçulmanos, aos quais caberia todo o mal. Mascarenhas consegue acercar-se e acercar-nos a pessoas concretas, em circunstâncias muito particulares. Assim, a *Relação* vale tanto pelo *deslocamento cultural* que o Autor consegue experimentar e exprimir como pelos fatos que efetivamente sucederam.

Exemplo da quebra da não apropriação do *bem* e do *mal* a cristãos e muçulmanos nos é dado com a narrativa do que sucedeu na nau *Conceição*, no segundo dia de combate com a armada argelina (COMBATE, p. 63). Recrudescendo o ataque, o capitão D. Luís de Sousa mandou chamar um turco que tinha feito prisioneiro no primeiro dia do ataque, declarando que “ele pagaria o mal que os seus queriam outra vez fazer”. Mascarenhas não se coíbe de considerar esta decisão como contrária a todos os preceitos da doutrina da guerra justa, definida há muitos séculos, e escreve: “o que certo foi crueldade, porque fora da peleja e com sangue frio se não mata ninguém”.¹¹ Foi encarregado da execução um polaco que o capitão trouxera de Ormuz e que tinha estado muitos anos cativo dos turcos. Mascarenhas descreve em pormenor todo o processo, louvando o “ânimo de coração de soldado valente”, porque era “turco de nação”. Por fim, não deixa de registar que, após a nau ter sido incendiada, os turcos souberam que o polaco cortara a cabeça ao prisioneiro, mas “nem por isso lhe fizeram mal”.

Por outro lado, já no que respeita à sorte dos que hão de ser vendidos como escravos, Mascarenhas aconselha a não se deixarem “vender à ventura” (COMBATE, p. 76-77). Nestes conselhos entravam não só a especificidade das instituições compradoras e de certos oficiais, mas também a importância de os cativos tentarem ser vendidos a “algum mourisco ou turco conhecido por bom homem”. É certo que Mascarenhas reconhece que os “mouros são como chinas” no que toca a negócio, e que todo o cuidado é pouco nesses planos de resgate que o cativo possa fazer com o futuro patrão.

Em paralelo, o Autor regista, nas longas narrativas exemplares dos que perseveraram na fé ou dos que a renegaram, relações de confiança entre os cativos e os respectivos patrões, assim como laços de amizade entre cativos.

Mascarenhas reconhece a existência de valores que chamaríamos *de humanidade* entre os turcos de Argel. Logo na repartição dos prisioneiros à chegada (COMBATE, p. 72), a *Relação* constata primeiro que a “ordem” “foi muito boa e não como de bárbaros corsários”, marcando também a diferença de comportamento com os malabares e os mouros da Índia, que imediatamente degolam os portugueses e untam com o seu sangue a proa da embarcação “para correr bem”. Esses turcos têm grande respeito para com as mulheres, que ficaram sob guarda toda a noite. Mascarenhas insiste muito neste ponto, explicando a razão: “porque têm eles por gravíssimo pecado qualquer pecado da carne que se comete no mar, e a embarcação em que se fez se não pode salvar e se irá logo ao fundo”. Mas, enfim, no que dizia respeito a todos os cativos e sem qualquer intenção propiciadora, Mascarenhas reconhece que “são piedosos” a ponto de lhes darem a comida que eles mesmos comiam - arroz ou trigo cozido, azeitonas e queijo - e ainda porque se “compadeciam” dos trabalhos sofridos durante tantos meses no mar, “passas e grãos, que é regalo entre eles”.

Já no que concerne ao quotidiano dos cativos na cidade, podemos dar como exemplo de algum respeito institucional o fato de a destruição das tabernas dos cristãos (suficientemente toleradas para permitir algum proveito, provavelmente aos mesmos cristãos cativos), ao ser ordenada pela Aduana, ter de ser executada por um alcaide acompanhado por um turco prestigiado da mesma Aduana, encarregado de vigiar o alcaide e precaver os roubos (COMBATE, p. 102).

É certo que havia amos que não deixavam sair os seus escravos, mas tal não parece ser a regra. E mesmo esses permitiam a entrada de sacerdotes que ousassem fazê-lo, como foi o caso do capelão da nau, o franciscano frei Gregório: confessava e dava a Sagrada Comunhão a esses homens e “também a muitos renegados e renegadas que no coração o não eram”¹² (COMBATE, p. 79).

Esse acesso a sacramentos insere-se no amplo conceito da liberdade de culto de que, surpreendentemente, gozavam os cativos cristãos. Mascarenhas assinala-a logo na Carta ao Leitor, mencionando como se “conservam as igrejas e sacerdotes” e “a perfeição com que os ofícios divinos se celebram”.

Antes da chegada dos cativos da nau *Conceição*, Mascarenhas testemunha a existência de um hospital de nove camas (COMBATE, p. 80), sito nos Banhos d’El Rei, o qual viria a ser reformado pelo já referido frei Gregório, no qual servem continuamente dois cristãos. No tempo da peste, nele se trataram ou se procedeu ao funeral dos muitos milhares de cristãos que então morreram. O hospital possuía barbeiro, físico e botica. Cada padre que diz missa no Banho d’El rei tem obrigação de dizer missa no hospital e confessar e sacramentar os doentes. Não faltam no hospital “galinhas, frangos e doces e o mais regalo para os enfermos, de maneira que raramente comem carneiro”. O hospital é, pois, um polo de assistência e de solidariedade entre os cativos cristãos católicos, como já dissemos, juntamente com a igreja principal de Argel, também nos Banhos d’El Rei. Mas existem por todas as outras igrejas e confrarias, que convertem em assistência na vida e na morte as esmolas dos fiéis. O Autor assinala em particular as cerimônias da Semana Santa, com Exposição do Santíssimo, e com mais solenidade e perfeição - “por misericórdia de Cristo, Nosso Senhor” - do que em muitas freguesias de Lisboa.

Ao descrever a cidade de Argel, Mascarenhas dedica um capítulo aos “banhos dos cristãos”: “há também quatro prisões de cristãos a que chamam banhos” (COMBATE, p. 85s). Uma vez mais diz que em cada um há uma igreja, onde todos os dias, “pela bondade de Deus”, se dizem quinze ou mais missas “com as portas abertas, aonde muitas vezes entram mouros e turcos a ver”; nos dias de festa dizem-se “missa cantada, pregação, vésperas e completas com muito boa música e as igrejas muito bem armadas de sedas e telas que os mesmos turcos emprestam a seus escravos”. Mascarenhas assinala ainda as belas pinturas e alfaias litúrgicas, especialmente nas igrejas dos Banhos d’El Rei¹³ e no Banho da Batarda, onde há mais de quinze sacerdotes, “os quais cativaram

os turcos em várias partes, clérigos e frades” de todas as ordens religiosas. Os outros banhos também têm seus capelães. Mascarenhas insiste várias vezes no tema: “assim é servido Nosso Senhor Jesus Cristo que em terra de bárbaros se sustente e esteja em pé sua igreja e ministros”.

De resto, a mesma rentabilidade que os patrões impunham a seus escravos¹⁴ acaba por lhes proporcionar confortáveis serviços em casa dos patrões onde viviam regalados (COMBATE, p. 129) e a permanência em locais menos vigiados. É o caso dos pomares e hortas em redor da cidade, a que Mascarenhas chama “jardins” e que diz serem os melhores e mais frescos que viu por todos os locais que conhece (COMBATE, p. 97s). Os escravos que aí trabalham estão suficientemente à vontade para construir e esconder pequenas embarcações (com melhor ou pior qualidade) que servem para tentar a fuga pelo Mediterrâneo; ou mesmo para esconder a mulher amada (COMBATE, p. 118-119). Era aí que porventura fabricavam o vinho que bebiam nas tabernas (COMBATE, p. 102).

Esse mesmo à vontade, se bem que controlado, é patente na livre utilização dos sessenta “banhos de lavar” existentes na cidade (COMBATE, p. 87s).

É certo que a aproximação à vida na cidade tem uma função de esclarecimento para os eventuais futuros cativos. Mas parece-nos que a capacidade de observação de Mascarenhas pressupõe alguma empatia: pode notar a falta de “procuradores, escrivães, letrados, cartórios” e toda a panóplia burocrática dos reinos cristãos (COMBATE, p. 102); descreve instituições de governo e militares; reconhece o sistema de punição dos crimes com as suas regras e exceções, conforme as pessoas envolvidas; menciona o modo de sepultura; descreve a mesquita, as devoções e os tempos de oração (que ele conheceria das suas andanças pelo oriente islamizado); regista o conhecimento que outros têm da não existência de sacramentos no Islão (COMBATE, p. 130); reconhece a festividade religiosa a que chama “Páscoa dos carneiros” (Festa do Sacrifício). Mascarenhas também nos faz aceder ao movimento dos mais de sessenta “banhos de lavar” que existem na cidade, demonstrando bom conhecimento deste costume dos turcos, do qual descreve em pormenor não só a organização (faz questão de explicar que homens e mulheres não se banham juntos) como todo o processo, que termina com a aspersão de água perfumada. Tudo isto custa meio vintém, e “isto se faz ao mais triste escravo que se vai lavar”. Só não podem entrar os judeus.

Argel é uma cidade próspera, abundante em águas e vegetação, com um clima temperado. Contudo, Deus envia-lhes periodicamente o flagelo da peste, para que não julguem que podem viver tranquilamente em tão bom lugar “cometendo contra Deus tão públicos e enormes pecados sem castigo: prostituição (COMBATE, p. 87), agiotagem e roubos, violações e assassínios.”

Neste conjunto de pecados figura em primeiro lugar a sodomia (COMBATE, p. 98). O tema é como que sugerido logo no começo da *Relação*, ao mencionar a sorte dos rapazes capturados na nau *Conceição*. Mas é (juntamente com a prostituição) no contexto do desprezo que os turcos votam

aos judeus que surge a mais crua referência: “os turcos, que pela rua acham mulheres públicas ou rapazes bagaxas com que de ordinário os turcos cometem o pecado enorme da sodomia sem se estranhar nem castigar, os levam a casa dos judeus, os quais se saem para fora e lhe deixam a casa e a cama por todo o tempo que ali querem estar. E a judia lhe há-de estar fazendo de comer” (COMBATE, p. 87).

Não é novidade a relação entre os pecados do povo e o castigo divino. A peste, que assolava Argel entre janeiro e a chegada do calor, é um destes castigos, do mesmo modo que a confissão e comunhão poderiam livrar da doença (COMBATE, p. 129).

A *Relação* regista também a crença na conexão entre a ausência de chuva e a falta de água para a agricultura e os pecados causados pelo vinho. Constatamos, pois, que existiam tabernas em Argel, as quais a Aduana poderá mandar arrasar pelo alcaide, sempre acompanhado por “um turco grave da Aduana” de forma a coibir excessos de zelo e roubos (COMBATE, p. 102), como atrás ficou dito.

Segundo a *Relação*, os turcos consideravam gravíssimo qualquer pecado cometido no mar, o qual logo causaria a perda da embarcação onde se cometera. Foi essa a explicação para que as mulheres que vinham na nau *Conceição* ficassem toda a noite guardadas em locais bem iluminados (COMBATE, p. 72).

Mascarenhas indica frequentemente costumes propiciatórios. Por exemplo, logo no embarque dos cativos da *Conceição* nos navios argelinos: o primeiro homem que embarcava em cada navio era posto de “cabeça para baixo pela escotilha” para “correr bem”¹⁵ (COMBATE, p. 72).

Quando estava embarcado nas galés, Mascarenhas assistiu a um destes costumes a que chama “feitiçaria”: os das galés “fizeram livro” (não explica no que consistia) e logo depararam com uma nau de catalães que vinha da Sicília para Barcelona (COMBATE, p.142).

Mascarenhas relata o ritual a que assistira quando a frota corsária entrou no Estreito de Gibraltar, oscilando entre a palavra “costume” e a palavra “feitiçaria”, na sua conotação diabólica mais explícita: porque têm “grande medo” de cruzar o Estreito, os “marabutos” que vão a bordo das naus corsárias tomam uns “carneiros que para esse efeito trazem sempre vivos consigo e, partindo-os pelo meio assim vivos, botaram a metade da parte da cabeça para Espanha e a outra da parte do rabo para Berbéria. E com esta feitiçaria ou sacrifício que fazem ao diabo cuidam os miseráveis enganados que lhes dá o vento para passarem mais depressa o estreito” (COMBATE, p. 73).

Mascarenhas louva os sacerdotes presentes junto dos viajantes e dos cativos. Há os de todas as nações e famílias religiosas que, despojados das riquezas deste mundo (veja-se a referência aos jesuítas que vinham na nau *Conceição*) (COMBATE, p. 71), organizavam hospitais, curavam doentes, celebravam o culto divino, confessavam todos ou, como o já mencionado D. Patrício, tentavam mostrar aos reis da cristandade a forma de capturar a cidade.

Também os mouriscos presentes em Argel, provavelmente chegados após terem sido expulsos de Espanha e de Portugal em 1609, ficam com a imagem de bons amos; um deles, o médico de Mascarenhas, que o curou e ajudou após o penoso serviço nas galés, irá ajudar a seu resgate (COMBATE, p. 146).

Quanto aos judeus, Mascarenhas limita-se a constar a sua existência em Argel e a sua situação. Vivem em cento e cinquenta casas, repartidas em dois bairros, cada um com a sua sinagoga (COMBATE, p. 86-87). São de várias nações, oriundos de França, Maiorca, Espanha e de toda a Berbéria, pagando tributo para poder viver na cidade. Mascarenhas diz que os turcos os consideram a “gente mais abatida e mais triste que tem o mundo”, dando exemplo do absoluto desprezo a que são votados e da completa impunidade para quem os queira bater. Vestem trajes próprios e facilmente identificáveis, tanto homens como mulheres; como ficou dito, não podem frequentar os banhos.

Os Renegados

Para a multidão de cristãos cativos que acima mencionamos, havia o perigo de abandonarem a fé cristã.

Não estão em causa as crianças - ou melhor, os rapazes - como, por exemplo, os filhos de tripulantes da nau Conceição ou que vinham ao seu cuidado, enviados para Constantinopla para a corte do Grão-Turco para se fazerem turcos, como escreve Mascarenhas, isto é, converterem-se ao Islão (COMBATE, p. 75-76). Aliás, o contrário também sucedia, como se vê por um episódio narrado: o caso de uma menina turca capturada por mercadores de Liorne, cujo batismo na Córsega desencadeou a morte do P^e Monrroy, de que adiante falaremos.

Para além das penas canônicas, abandonar o cristianismo pelo Islão é crime punido nas Ordenações portuguesas, desde a Idade Média. Essa passagem era tanto mais frequente quanto o cristão se encontrava cativo dos muçulmanos. Era urgente resgatá-lo, não só para assegurar sua libertação física e o retorno a seu reino de origem, mas para limitar, no mais breve tempo possível, a possibilidade de abandonar a fé cristã.

No entanto, tendo em conta as penosas situações de cativo, o efetivo livre-arbítrio de cada um estava bastante obliterado, como, aliás fica bem explícito nas narrativas contidas nos respectivos processos da Inquisição.

A *Relação* regista alguns casos de cristãos que, voluntariamente, renegam a fé. Mascarenhas conta mesmo que para esses existe como que uma cerimônia de publicitação. É isto que conta a propósito de um francês que renegou e se fez janízaro para fugir ao castigo por roubo e assassinio: “foi pela cidade a cavalo, com sua frecha na mão, com muitas trombetas e com todas as mais

solenidades com que vão os que, livres e de suas próprias vontades, renegam” (COMBATE, p. 126-128). Também voluntário, mas não justificado, foi o comportamento de um jovem nobre português, que renegou no mesmo dia que se fora confessar e receber a comunhão. Também aqui Mascarenhas descreve um conjunto práticas que julgamos preceder as solenidades anteriormente citadas: o tal jovem, que Mascarenhas não quer revelar a identidade, foi à Aduana e, “lançando o chapéu ao chão diante de todos, levantando o dedo para cima, disse as palavras que dizem os que se fazem mouros, e disse que ele renegava e queria ser turco, de todo o coração.” Foi depois circuncidado pelo patrão que, por ser mourisco, conhecia o procedimento (COMBATE, p. 129-131)¹⁶.

A missão de resgate ou de redenção de cativos cristãos foi institucionalmente assumida pela Ordem da Santíssima Trindade, instituição mendicante fundada em França nos finais do século XII. Aprovada pelo papa Inocêncio III em 1198, teria chegado logo a Portugal, pois o primeiro mosteiro, em Santarém, é de 1208 (BRANQUINHO, 2002, p. 149). Os religiosos trinitários recolhiam esmolas por todo o reino, fomentadas pelas indulgências papais concedidas àqueles que contribuíssem materialmente para os resgates. Foram milhares os cativos resgatados, acompanhando os sucessos (ou os insucessos) da Reconquista na Península Ibérica e do Norte de África.

Depois de vários conflitos com o poder régio, no tempo de Mascarenhas os trinitários partilham a tarefa do resgate com oficiais nomeados pela Mesa de Consciência (SÃO JOSÉ, 1789, p. 170-171; 248-250; 290-292 e BRAGA, 1998, p. 163s). Dessa atuação articulada dá-nos notícia Mascarenhas (COMBATE, p. 115) ao narrar a morte do padre mestre Monroy, que fora a “Argel resgatar cativos com uma redenção muito grande e com muita quantidade de dinheiro, ordenada e mandada pela Coroa de Castela”.¹⁷

A condição de cativo que Mascarenhas sofreu, os conselhos que dá aos cativos, as histórias exemplares de tentativas de fuga ou de efetivação de resgates movem-se num quadro de atuação em que colaboram - ou competem - três métodos. Um deles é a atuação conjunta da Ordem da SS Trindade (que recolhera esmolas de pessoas singulares, câmaras ou Misericórdias) com a Mesa da Consciência; outro método é o recurso a particulares, sobretudo mercadores aos quais o rei dava autorização para atuar, para que a família dos cativos abastados encaminhassem o dinheiro necessário ao respectivo resgate; finalmente, o cativo poderia ajustar com o seu proprietário o seu próprio valor, isto é, “cortar-se”. Estas duas últimas formas foram proibidas em 1624. Todavia, o próprio monarca teve de admitir exceções em tempo de não efetivação de resgates gerais.

O rei organiza resgates gerais quase anualmente; a Ordem, seguindo a indicação pontifícia, de três em anos, próximo da cronologia que agora nos interessa, e relativamente a Argel, temos notícia de um resgate em 1618 e de outro em 1621, havendo depois um hiato até 1627 (BRAGA, 1998, p. 220).

Em Argel há renegados de todas as nações, e muitos (BRAGA, 1998, p. 77) Mascarenhas diz-nos onde os encontramos, desde o primeiro avistamento da nau *Conceição* pelos navios argelinos (COMBATE, p. 57). É um renegado que tem a ideia de a incendiar (COMBATE, p. 65); eles são, habitualmente, os vice-reis de Argel nomeados pelo Grão-Turco (COMBATE, p. 98); estão ao lado dos mouros, como guardiões nas prisões dos cristãos (COMBATE, p. 85); estão nas casas de seus amos esperando secretamente um confessor (COMBATE, p. 79).

O medo de cair na tentação de renegar a fé não é tanto que suscite a compreensão de Mascarenhas, para quem o mentiroso e traidor será sempre pessoa como fiável, cuja má vontade contra os cristãos, principalmente aos sacerdotes, é a regra. Mascarenhas até pode entender que esse zelo seja para os turcos não terem qualquer dúvida sobre sua conversão ao Islão e, assim, conseguirem fugir e voltar ao cristianismo (apesar do perigo de serem executados sumariamente pelos turcos, se fossem descobertos). Todavia, o Autor não lhes perdoa a mentira e a duplicidade que todos os dias praticam. Exemplo disso foi a morte cruel e injusta que deram a um clérigo irlandês (COMBATE, p. 113-15).

Apesar da pressão, é certo que alguns perseveravam na fé, como aqueles “cristãos escravos velhos que andavam por marinheiros nos navios dos turcos” que capturaram a nau *Conceição*: a mulher do capitão repartiu com eles os diamantes que trazia para que não fossem descobertos pelos argelinos (COMBATE, p. 71); ou outros, há muito cativos, que vinham visitar os novos cativos ainda antes de serem vendidos como escravos, trazendo-lhes de comer e por vezes dinheiro “com a maior caridade do mundo” (COMBATE, p. 74s).

É mais no desespero do que na esperança de qualquer resgate que vive Mascarenhas.

Vejamos o último capítulo da *Relação*. Mascarenhas tinha contado como, em 1624, seu amo, Agit Amet, o mandara servir como remador na galé capitania do capitão Ali Mami (COMBATE, p. 138). Só a “misericórdia de Deus” o sustentou, a ele e aos outros cristãos, pois “forças humanas não podem sofrer tanto trabalho.”

Voltando a Argel, ele, como os outros cativos, regressou a casa do seu patrão, a quem beijou a roupa com o joelho em terra e deu obediência “como seu escravo”. Segue-se o registro de um diálogo bem elucidativo dos processos de resgate: “Ele me disse se sabia por que me mandara à galé. Respondi-lhe que não. Disse-me que por me tardar o resgate. Respondi-lhe que bem sabia de mim que era um soldado, e que os tais não tinham mais resgate que o que dava El-Rei quando vinha a Redenção, e que outra cousa não tinha que esperar de mim. Com esta resolução e ver que o trabalho da galé me não movia a fazer promessas de cortar-me, se desenganou de poder-lhe dar três

mil cruzados que me pedia”. Como se vê, Mascarenhas aplica a si mesmo os conselhos que consignou para todos os cativos (COMBATE, p. 71 e p 76-77)¹⁸.

Entretanto chegara a Argel “ordem e dinheiro a um mercador para o resgatar”, não sabemos por desígnio de quem.

Sendo certo que os donos dos escravos desejavam lucrar o máximo com o resgate, Mascarenhas esclarece que pouco vale. Depois disto, encontra forma de baixar ainda mais o preço, em convivência com o médico mourisco que o tratava de uma doença grave: o médico assegura ao patrão que Mascarenhas estava tuberculoso, e que não duraria mais que três meses. Por isso, qualquer que fosse o preço por que o conseguisse vender, seria lucro. Logo Mascarenhas aparece diante de Agit Amet fingindo estar “muito fraco e debilitado, com um pau na mão”, fazendo-se ainda mais doente do que na realidade estava. O estratagema deu resultado, pois é resgatado por “seiscentas patacas, não querendo primeiro menos de três mil escudos. E por este caminho foi Deus servido dar-me liberdade, quando menos a esperava e quando com mais trabalhos me via.”

Deste modo, João de Mascarenhas foi, voltou e narrou esse mundo-floresta de enganos na terra, no mar e, sobretudo, no coração das pessoas.

O Combate da Nau Conceição

Mas, como se perdeu a nau *Conceição*? O que resulta do testemunho do extraordinário João Carvalho Mascarenhas sobre um combate e naufrágio com a terra à vista? O que se passou, afinal, entre a infeliz nau portuguesa e os piratas argelinos? Será o anátema da incúria e da negligência atribuída a diversas autoridades portuguesas, que sabiam que aquele navio estava em apuros, a única razão que justifica uma das mais trágicas perdas da Carreira da Índia?

Recuperemos o processo (FONSECA, p. 401-403). A *Nossa Senhora da Conceição* travou combate feroz, o seu último, à vista da costa portuguesa. Pereceu, mas não foi tomada. Nas batalhas navais, mais do que em qualquer outra empresa humana, o tempo é um demônio insaciável. O ritmo do mar é essencialmente lento e caprichoso. Ou se está prisioneiro de um vento que não vem, ou se luta contra uma poderosa corrente que arrasta o navio para onde ele não quer ir. No mar, o tempo dilata-se ao infinito. No mar, espera-se. Esperam-se horas, dias, meses. Espera-se até poder agir. E depois o tempo corre. O vento rasga, a neblina abre, o inimigo chega. A sorte de um navio, de uma frota, decide-se em breves instantes, mesmo quando se está avisado.

E, D. Luís de Sousa, o comandante da *Conceição*, estava avisado. O substituto de Joaquim Correia Peixoto, acabado de falecer na ilha de Santa Helena, comandava um navio soberbo.

Chamavam-lhe a *Nova Conceição* para a distinguir de um navio mais antigo de mesmo nome e tinha sido construída nos estaleiros de Pangim, na Índia, para fazer a viagem para Portugal, carregada de gentes e de bens preciosos. Vinha, como se tornava habitual nos navios da Carreira da Índia, a «abarrotar». Tinha dobrado o cabo da Boa Esperança em companhia de outra nau, a *Nossa Senhora da Penha de França*, mas ao largo desse cabo um forte temporal fez com que os dois navios se separassem.

Sozinha, a *Conceição* fez escala para reparações e aguada em Santa Helena (COMBATE, p. 50), zarpando depois para as ilhas dos Açores. Estando nas imediações do Faial, uma nova tempestade obrigou-a a fundear na Terceira (COMBATE, p. 53). Aqui, D. Luís de Sousa recebe cartas do rei, trazidas por duas caravelas de aviso que o informavam de que se esperava na costa portuguesa uma esquadra de corsários argelinos que se aprestava em Argel e se iria colocar na rota de aproximação da nau *Conceição*. Nestas mesmas cartas o comandante recebia instruções precisas para levar a sua nave para o norte das ilhas Berlengas, mais ou menos na latitude 39,5° Norte (COMBATE, p. 53), onde a Esquadra de Guarda-Costas de D. António de Ataíde aguardava para a escoltar até Lisboa.

Terá o novo comandante confiado demais na presença dos navios de D. António de Ataíde e nas capacidades da sua nau e da sua tripulação, ao mesmo tempo em que subestimava as forças argelinas? A confiança (ou seu excesso) parece ter sido fator determinante. Armada com 22 peças de boa qualidade, contava apenas com 14 artilheiros e 6 soldados de guarnição. No conjunto dos seus passageiros, somente 8 tinham condições para pegar em armas. Tinha ainda uma tripulação de 90 marinheiros. Era uma equipagem incompleta para tal travessia, sobretudo se tivesse de travar combate. D. Luís de Sousa pediu, assim, ao governador da Terceira soldados que pudesse embarcar e assim intensificar as suas forças. Vieram soldados, mas não em número suficiente e os que embarcaram ou eram muito jovens e inexperientes ou veteranos idosos. Agora com guarnição mais completa, mas muito variada, o armamento disponível também não era do melhor: mosquetes, lanças e espadas eram antigos e estavam em mau estado, pois a *Conceição* navegava há mais de um ano.

A decisão, contudo, estava tomada. A *Nossa Senhora da Conceição* zarpou da Terceira com bom vento. Era acompanhada por uma das caravelas de aviso, comandada pelo capitão Estêvão Soares e, sete dias depois, a 8 de outubro, atingia a costa portuguesa, tendo as ilhas Berlengas na sua amura de bombordo. Mas tinha o vento contra - soprava de NW - o que a impossibilitava de ir ao encontro da Esquadra de Guarda-Costas. Era difícil, naquelas condições, manter sua posição. D. Luís toma a decisão de levar a *Conceição* para sul, com destino a Cascais, aproveitando o fresco vento, tentando antecipar-se aos argelinos.

Pela madrugada, o vento tinha colocado a *Conceição* nas proximidades da Ericeira, onde a tripulação começou a ouvir vozes, embora sem distinguir o que diziam, bem como vultos de embarcações. Mas, à medida que o dia nascia, D. Luís e seus homens puderam ver não os navios Guarda-Costas do rei, nem os navios de sal de Setúbal, mas antes uma forte esquadra de navios argelinos. Dezesete naus e patachos com armamento de 30 a 40 peças cada um posicionavam-se para atacar o navio português. Dirigia-se esta esquadra corsária para a Galiza, levando mais de 5000 homens a bordo e era comandada por Tabaco Arrais. A manhã avizinhava-se afortunada para os argelinos. Tinham à sua frente a presa mais ambicionada: uma nau da Índia carregada. Com vento muito fraco e forçada a navegar na direcção de terra, a *Conceição* vai-se preparando para o combate.

Os navios argelinos, com melhor vento e mais veleiros, formam-se em coluna e aproximam-se da nau portuguesa. A capitânia dos corsários, assim que se apanha de través, dispara um tiro de pólvora seca para que a *Conceição* desça seu pano e se renda. Não sabendo ainda que navios eram aqueles, mandou o capitão que se baixasse e subisse a bandeira. A falta de resposta mostrou que quem lá vinha eram inimigos. Ao tiro seco responde a *Conceição* com tiro de bala (COMBATE, p. 55). Começa um duro e prolongado combate entre a nau da Índia e a esquadra corsária. As embarcações argelinas sucediam-se na sua coluna nos disparos contra a nau, que é sujeita a um bombardeamento constante, durante mais de onze horas, o qual lhe provocou estragos e numerosos mortos e feridos. O condestável é morto e o comandante, D. Luís de Sousa, ferido com gravidade numa perna, acabará por comandar a resistência deitado sobre um caixote, mas não deixando de se fazer ouvir, o que contribuiu para o forte ânimo da tripulação portuguesa.

Atacada, a *Conceição* não deixou de fazer seus estragos. A qualidade dos seus canhões e dos seus artilheiros levou a morte e a destruição a muitas das embarcações inimigas. As peças do navio português tinham maior calibre e, municionadas com pelouros enramados (de grilha e de picão), provocaram sérias avarias no casco e nos aparelhos das naves corsárias, bem como bastantes baixas entre as tripulações.

O navio de Calafate Açan, tido como um dos mais valentes corsários de Argel, é dos que mais sofre. Metendo muita água e em riscos de naufragar, Calafate lança-se contra o castelo de proa da *Conceição*, abordando essa zona com todos os seus homens. Amontoados nesse espaço do navio, os argelinos foram fuzilados e dizimados pelos mosquetes portugueses que, mesmo não sendo muitos, provocaram ali grande mortandade. Tentaram os corsários, com seus elementos mais afoitos, cortar os cabos de manobra das velas a partir da enxárcia do traquete, procurando com isso reduzir a velocidade do navio português e permitir que outros patachos viessem à abordagem. Por engano, um desses piratas acabou por cortar os cabos das ostagas da verga da gávea, que caiu sobre o castelo da proa matando muitos argelinos. Carregaram no meio desta confusão os portugueses,

por três vezes, sobre os corsários. Todos os que não se atiraram à água morreram ali, no castelo de proa. Apenas foi feito um prisioneiro. Caía a noite quando os portugueses recuperaram o controle do seu navio, e com ela cessavam as hostilidades, tendo os vigias reparado que os navios argelinos se afastavam para oeste, bastante danificados.

A *Conceição* estava com grande parte do seu aparelho destruído. Todas as velas estavam rotas, mas continuava a navegar, vagorosamente, em direção à costa. Durante toda a noite trabalhou-se sem descanso a bordo para reparar as enxárcias, tapar fendas e erguer velas novas. Pelo raiar do dia 10 de outubro, navegava já em melhores condições, e pela proa avistava-se a vila da Ericeira. Dos corsários argelinos não havia sinal.

Se o vento de NW soprasse, a *Conceição* estaria a pouco mais de cinco horas de navegação da baía de Cascais. Mas nessa manhã a aragem era escassa. Soprava um fraco SW, o que decidiu D. Luís da Cunha a fundear na Ericeira. Gravemente ferido, ainda comandava e contava com esta manobra para salvar navio, tripulação e carga. Ia pedir aos da Ericeira que lhe mandassem homens e armas para poder continuar a defender a nau dos ataques dos piratas (COMBATE, p. 62).

É neste contexto que ocorre um dos episódios mais peculiares na narrativa deste combate. Percebendo os intentos do comandante da *Conceição*, que se preparava para fundear, surge da costa uma embarcação com ordens para que o navio se afastasse para o largo imediatamente, onde estaria a esquadra de D. António de Ataíde preparada para lhe dar escolta até Lisboa. D. Luís da Cunha nem sequer consegue desembarcar os feridos, as mulheres e as crianças, bem como alguma da pedraria mais preciosa que transportava. Tal foi recusado, pois a embarcação trazia ordens específicas para não acostar à *Conceição* (COMBATE, p. 62).

Mandou D. Luís virar o navio de roda e tomou a direção de NW, com pouco pano, e esperando que o vento engrossasse. Mas o vento não ajudou. Na manhã do dia 11 reapareceu a frota argelina. Estavam bem posicionados, a barlavento da *Conceição*, que continuava a ser propulsionada por um fraco vento de SW. Aproximaram-se, formados em coluna, com o navio almirante à frente, por bombordo, e de novo intimaram a nau portuguesa a se render. De novo, a recusa. Começou o canhoneio de ambos os lados, mas os artilheiros da *Conceição* estavam todos feridos e mortos. Serviam agora às peças marinheiros e soldados sem grande experiência. Apesar disso, conseguiram atingir rudemente a capitânia inimiga. As naus e patachos que a seguiam, com receio dos canhões portugueses, abandonaram a coluna orçando para barlavento, ficando assim fora do alcance das armas da *Conceição*.

O capitão-mor argelino, apreensivo com a duração do combate que uma simples nau estava a conseguir impor, com os estragos que as peças portuguesas estavam a provocar e sabendo que nas proximidades pairava uma esquadra portuguesa que a qualquer momento poderia aparecer, reuniu seus capitães e propôs que se retirassem para Argel. Era agora difícil continuar o raide para a

Galiza, com uma frota desgastada e maltratada. Além do mais, antes de encontrarem a *Conceição* tinham apresado 19 navios ingleses, para onde tinham transferido uma parte importante de tripulações dos seus próprios navios, o que muito fragilizava a frota do Calafate. Seria um bom regresso a Argel, apesar de tudo. O conciliábulo não correu bem. Calafate Açan, sobrevivente da tentativa de abordagem ao navio português durante o primeiro recontro, e outros capitães mais jovens opuseram-se ao abandono da empresa e propuseram mesmo aferrarem os navios à nau portuguesa e queimarem-se com ela (COMBATE, p. 65).

Mau presságio para a *Conceição*. Os argelinos voltaram à carga. De novo dispostos em coluna, optaram, contudo, por uma diferente tática: a esquadra argelina seguiria um rumo paralelo à *Conceição*, mas fora do alcance da sua artilharia, e depois de ganhar algum avanço, viraria em roda para passar a contrabordo a curta distância do navio português. Esta manobra permitia aos artilheiros e mosqueteiros argelinos disparar numa sequência mais rápida do que se fossem ao lado da *Conceição*. Enquanto os portugueses carregavam suas armas, os navios argelinos sucediam-se lançando uma torrente de fogo sobre o navio de D. Luís de Sousa.

O último navio argelino chegou mesmo a enviar projéteis incendiários que pegaram fogo a vários sectores da *Conceição*. Foi o fogo apagado, excepto um foco de incêndio localizado na varanda da popa. A isto juntava-se o fato de o navio argelino na sua manobra rasante à nau portuguesa ter acabado por ficar com sua mastreação enredada na *Conceição*. Mandou D. Luís de Sousa arribar a nau para se salvar do navio argelino. Não foi uma boa manobra, pois os corsários aproveitaram para abordar a *Conceição*, e o navio português não se conseguiu desenredar da outra embarcação. Ao mesmo tempo, o foco de incêndio alastrava.

O combate termina quando os argelinos se retiram para sua nave debatendo-se com sérias dificuldades para se libertarem do navio português, que agora estava preso de um incêndio incontrolável. A tripulação portuguesa, abandonando as armas, salta para o navio argelino rendendo-se.

A *Nossa Senhora da Conceição* ardeu até a linha de água, afundando-se a seguir com toda a riqueza que trazia da Índia. A sua tripulação e os passageiros, agora prisioneiros, foram distribuídos pelos navios argelinos e transportados para Argel. Poucos foram resgatados, e seu capitão, D. Luís de Sousa, faleceu três dias depois do combate devido aos ferimentos recebidos (COMBATE, p. 70).

Os acontecimentos que levaram à perda da *Nossa Senhora da Conceição* são esclarecedores quanto às dificuldades que os navios da Carreira da Índia atravessavam. A tragédia podia acontecer à vista da costa portuguesa, mesmo nos instantes finais da viagem. O “turco”, como então se dizia, patrulhava por ali e estava bem equipado. As esquadras da costa nem sempre conseguiam chegar a tempo ou valer em todas as circunstâncias, e as naus do torna-viagem raramente chegavam nas melhores condições, pelo menos para aguentar e prevalecer contra ataques tão desproporcionados.

Apesar de avisada, a *Conceição* não vinha aprestada para um combate efetivo. Demasiado carregada e com seus atavios prontos para o desembarque tranquilo no porto de Lisboa, tardou em se aperceber do inimigo que tinha pela frente. Achou que estava rodeada por navios amigos, o que, aliás, correspondia às instruções recebidas na Terceira e, por isso, os deixou chegar tão perto.

Sozinha, pois não mais se faz referência à caravela de aviso que com ela estava na Terceira, pelejou fortemente durante dois dias, o que demonstra a capacidade destas naus da Carreira da Índia e a rijeza das suas tripulações.

Fonte

COMBATE e Naufrágio da Nau Conceição (1621). Tribulações no Mar e em Terra. Estudo Introdutório de DOMINGUES, F. C., Ericeira: Mar de Letras, 2012.

Referências Bibliográficas

AFONSO, J. **A marinha de guerra portuguesa e o Magreb:** os cativos, o corso e a importância do poder naval na definição da política externa do reino.

DOMINGUES, F.C; MATOS, J. S. **A Guerra Naval no Norte de África** (séculos XV-XIX). Lisboa: Edições Culturais da Marinha, 2003, pp. 187-223.

ALBERTO, E. Corsários argelinos na costa atlântica - o resgate de cativos de 1618. In: **Actas do Congresso “Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedade”**. Lisboa: UNL, 2005.

ALBERTO, E. M. C. M. **Um negócio piedoso:** o resgate de cativos em Portugal na época moderna. 2000. Tese (Doutoramento em História). Exemplar policopiado on line. Universidade do Minho, 2000.

BRANQUINHO, I. Aproximação ao convento do mosteiro da Santa Trindade de Santarém (1208-1500). In: **Lusitania Sacra**. 2. série, 13-14 (2001-2002), p. 139-159.

BRAUDEL, F. **La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II**. 2 Tomos, Paris: Armand Colin, 1966.

BRAGA, I. M. R. M. D. **Un homme pour un homme, en route vers la liberté:** L'Échange des chrétiens pour des maures captives. In: Les actes du XIV^{ème} Symposium International d'Études Morisques: Mélanges offerts au Prof. Mikel de Espalza. Tunis: Centre d'Études et de Traductions Morisques, 2011, p. 219-236.

BRAGA, I. M. R. M. D. **Entre a Cristandade e o Islão (séculos XV-XVIII).** Cativos e renegados nas franjas de sociedades em confronto. Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 1998.

DOMINGUES, F. C.; MATOS, J. S. **A Guerra Naval no Norte de África (séculos XV-XIX).** Lisboa: Edições Culturais da Marinha, 2003.

FONSECA, H. Q. da. **Os Portugueses no Mar**. Memórias Históricas e Arqueológicas das Naus de Portugal. 2. ed.. Lisboa: Instituto Hidrográfico, 1989.

MACEDO, J. B. de. **História Diplomática Portuguesa**. Constantes e Linhas de Força. 2. ed. Lisboa: Tribuna da História/Instituto de Defesa Nacional, 2006.

SÃO JOSÉ, Fr. J. **Historia Chronologica da Esclarecida Ordem da SS**. Trindade, Redempção de Cativos, da Provincia de Portugal. Lisboa: Officina de Simão Thadeo Ferreira, 1789-1794, 2 vols.

KOISO, K. **História trágica do mar**: navegações portuguesas nos séculos XVI, XVII e XVIII. 2009. Tese (Doutoramento em História dos Descobrimentos e da Expansão). Exemplar policopiado. Universidade de Lisboa, 2009, 3 vols.

PEREIRA, L. M. **Primor e Honra da Vida Soldadesca no Estado da Índia**. Ed. atualizada, Introdução e Elucidário. Ericeira: Mar de Letras, 2003.

SILVA, M. F. Mudança, um tema de inspiração clássica em Camões. In: AZEVEDO, M. **Fim do Milénio, VII e VIII Fóruns Camonianos**. Lisboa: Colibri; Centro Internacional de Estudos Camonianos, 2001.

TEYSSIER, P. **Esclave à Alger**: Récit de captivité de João Mascarenhas (1621-1626). 2. ed. Trad. annoté & presente par Paul Teyssier. Paris: Chandeigne, 1999.

VICENTE, Paulo. **A violência na cronística sobre Marrocos nos séculos XV a XVI**. Lagos: Câmara Municipal de Lagos, 2009.

Notas

¹ Seja-nos permitida a referência à Exposição patente em Lisboa, na Fundação Calouste Gulbenkian (Março-Jun. 2013), com o título “360º Ciência Descoberta”. Com catálogo.

² Aqui fica a portada da edição *princeps* (KOISO, K. 2009, p. 235-245). Esta edição serviu de base à recente publicação, que utilizamos, inserida em Combate (2012, pp. 44-147): MEMORAVEL / RELAÇAM DA PERDA / DA NÃO CONCEIÇAM QVE / os Turcos queimarão à vista da barra de Lisboa, / varios sucessos das pessoas que nella cativarõ. E / descripçãõ noua da Cidade de Argel. de seu gover- /no. E cousas mui notaveis acontecidas nestes vltimos anos de 621. até o de 26. / Por Ioam Carvalho Mascarenhas que foi cativo / na mesma Não. / DEDICADA A DOM PEDRO / de Meneses Prior da Igreja de Santa Maria de Obidos. / Anno [vinheta heráldica com a empresa VEXAT ET ILVSTRAT] 1627 / EM LISBOA. / [Tranca] / Com todas as licenças necessarias. / Por Antonio Aluarez. [Colofão] Em Lisboa. Com todas as licenças necessárias. / Por Antonio Aluarez. 1627.

Paul Teyssier (*o.c.*, p. 237) faz referência a duas edições do séc. XX.

³ Título abreviado, usado pelo próprio e nos pareceres do Santo Ofício.

⁴ Mas jamais classificável do “folheto” ou “literatura de cordel”, como lhe chama Paul Teyssier (p. 8).

⁵ Mascarenhas, nascido já depois da perda da independência e tendo feito a sua carreira ao serviço dos Filipes, não demonstra qualquer hostilidade com a situação, mencionando naturalmente, quer o reino de Portugal (p. ex. na Carta Dedicatória) quer o monarca comum (COMBATE, p. 147), mas distinguindo ambas as nações (COMBATE, p. 80).

⁶ Utilizamos o conceito forjado por Maria José de Azevedo Santos para o final da I. Média.

⁷ É curioso este aspecto, ainda hoje atual. A 12 de maio de 2013 foram canonizados os oitocentos mártires da cidade de Otranto (Itália), quando em 1480 os otomanos fizeram uma incursão destinada a capturar Roma, começando por aquela cidade.

⁸ A *Relação* foi organizada em três partes. A 1ª trata da “Perdição da Nau Nossa Senhora da Conceição; a 2ª é a “Nova descrição da cidade de Argel” e a 3ª relata “Vários sucessos de cativos.” O A. insere nesta última parte (caps. 9 a 12) o serviço a que se viu forçado nas galés corsárias de Argel.

⁹ Mascarenhas conta que, no primeiro dia de combate com argelinos, “um negro jau [...] se fez à mouca, como usam na sua terra, que é uma deliberação de morrer ou matar o inimigo”.

¹⁰ Descrição que manifesta grande violência, mesmo para o comportamento habitual na época (VICENTE. 2009, Cap. D); a cf. com os relatos de Fr. João Álvares, relativos ao cativo do infante D. Fernando em Fez).

¹¹ Mascarenhas termina o comentário com um motivo bem mais prosaico: “e em guerra donde há cativos de uma e de outra parte” para serem objeto de troca (BRAGA, 2011).

¹² Situação muito comum, testemunhada nos processos da Inquisição. Vd. BRAGA, 1998, p. 91 e p. 131.

¹³ A de Santa Cruz, fundada pelo Trinitário Sebastián del Puerto, vd. BRAGA, 1998, p. 66.

¹⁴ Sobre o que conhecemos da ocupação dos cativos, com base nos processos da Inquisição, vd. BRAGA, 1998, pp. 56s.

¹⁵ Este costume é louvado e referido como piedoso em contraste com o dos malabares e mouros da Índia, “que nas presas que tomam aos portugueses degolam o primeiro e untam com seu sangue a proa do paró ou galeota”.

¹⁶ Chegados a terras cristãs, os renegados não convictos deverão passar por vários exames e rituais de reconciliação com a Igreja.

¹⁷ É provável que o A. se refira a um resgate anterior a 1618 (ALBERTO, 2005, p. 3), embora a história da cativa muçulmana não seja coincidente.

¹⁸ O preço atribuído aos cativos era muito variável. Mascarenhas foi resgatado fora das Redenções Gerais. Tinha havido uma Redenção dirigida a Argel em 1621, o que só voltará a acontecer em 1671. Vd. BRAGA, 1998, p. 240-241.

Recebido em maio/2013.

Aprovado em junho/2013.